



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NAS AGRICULTURAS FAMILIARES
PARANAENSES: ANÁLISE A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DE OCUPAÇÕES E
RENDAS DO PERÍODO 2001-2004**

MARCELINO DE SOUZA; CARLOS ALVES NASCIMENTO;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - MG - BRASIL

marcelino.souza@uol.com.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

As recentes transformações nas agriculturas familiares paranaenses: análise a partir das informações de ocupações e rendas do período 2001-2004

Resumo

Este trabalho é uma atualização de artigo anteriormente apresentado onde se analisa o comportamento das ocupações e das fontes de rendas das famílias rurais e agrícolas paranaenses utilizando-se como base Tabulações Especiais elaboradas a partir do processamento dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 2001 e 2004. As estimativas mostraram que houve uma redução significativa do número de famílias pertencentes ao universo da agricultura familiar; crescimento do número de famílias de agricultores familiares com os menores estratos de áreas que residem em áreas urbanas com atividade agrícola e pluriativos, ou seja, que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, o que se configura num novo aspecto da ruralidade. Em relação às rendas verificou-se um aumento da participação das rendas agrícolas entre as famílias pluriativas da agricultura familiar e finalmente, as rendas de aposentadorias/pensões continuam a representar maior significado nas famílias de conta-própria agrícolas, mas agora também nos grupos de famílias de empregados e conta-própria não-agrícolas. Infere-se que, de um lado, o reduzido dinamismo econômico dos municípios rurais paranaenses pode estar causando a redução do universo da agricultura familiar. Os resultados apontam para a necessidade de continuar as pesquisas tendo em vista a confirmação ou não das tendências apontadas.

Palavras-Chaves: Ocupações agrícolas e rurais; rendas familiares; novo rural; agricultura familiar; desenvolvimento rural.

1. Introdução

A questão da renda revela-se importante pelo menos por três razões que se inter-relacionam: a primeira diz respeito à sua insuficiência (rendas baixas), conduzindo a uma situação de pobreza; a segunda refere-se à equiparação das rendas das famílias que se ocupam em atividades similares, mas com domicílios distintos (rural e urbano), ou seja, a comparabilidade; e a terceira razão, mas não menos importante, é aquela que diz respeito à sua instabilidade - aspecto intrínseco às rendas advindas da produção agrícola - ou seja, as alterações que ocorrem de ano para ano (Hill, 1999:345).

Além disso, diversos trabalhos apontam a importância das rendas não-agrícolas para o desenvolvimento das áreas rurais¹. A pesquisa do Arkleton Trust (1992) sobre a pluriatividade na agricultura europeia constatou que o nível, a composição e a evolução das rendas das famílias agrícolas dependeram crucialmente, entre 1987 e 1991, do contexto regional (cinco zonas de estudo) e da situação da pluriatividade (sua maior ou menor intensidade e diversificação).

Este trabalho evidenciou que a mão-de-obra agrícola está cada vez mais direcionada a atividades não-agrícolas e a atividades relacionadas com a agricultura fora do estabelecimento; a pluriatividade mostra-se um fenômeno estável e disseminado em todos os tipos de regiões, com 63% dos estabelecimentos apresentando algum membro engajado em atividades não-agrícolas. Paralelamente, em metade das explorações, dois terços receberam rendas não-agrícolas de auxílios sociais, especialmente aposentadorias.

O Banco Mundial tem produzido inúmeros relatórios reconhecendo que a agricultura não é a atividade exclusiva e, em muitos países, nem sequer dominante, nas áreas rurais, enfatizando a importância das rendas não-agrícolas nessas áreas dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Na visão do Banco, esse seria na verdade um importante componente do desenvolvimento e da redução da pobreza rural, a ser devidamente contemplado nas ações por ele implementadas. A principal recomendação para as estratégias de ações para o meio rural está em ampliar o foco sobre o rural, abandonando o “estrito foco do setor agrícola” (World Bank, 1997, 2000).

Entre as questões mais enfatizadas está a heterogeneidade do setor rural não-agrícola e, portanto, de seu papel no crescimento e na distribuição da renda rural. Segundo Lanjouw (1999), esse componente da economia rural compreende um amplo espectro de atividades e formas institucionais e requer políticas muito específicas e de caráter local. Para tanto é necessário dispor de uma tipologia das atividades rurais não-agrícolas que contemple simultaneamente a desagregação setorial e as faixas de famílias ou domicílios que estão voltados para essas diferentes atividades. Aplicando esse critério cruzado em *surveys* realizados na Índia, conclui que os diferentes tipos de atividades adquirem importância diferente para os pobres: trabalho assalariado agrícola e empregos casuais não-agrícolas são as fontes de renda mais importantes para as camadas mais pobres, enquanto trabalhos regulares no setor não-agrícola estão associados aos estratos mais ricos; o trabalho autônomo não-agrícola é particularmente importante para a camada intermediária².

Esse mesmo autor aponta, ainda, a importância da educação na determinação do tipo de atividade não-agrícola em que os indivíduos se engajam, assim como nos rendimentos que obtêm por esse meio. De fato, os retornos obtidos com educação no setor rural não-agrícola se

¹ Para uma revisão aprofundada da literatura consultar o trabalho de Kageyama (1998).

² Trabalhos conduzidos em diversos países da Ásia mostram que a participação das rendas não-agrícolas na renda total das famílias que dependem da agricultura é bastante variável entre os diversos estratos de renda. Considerando os quintos da população, a proporção representada pelas RNA pode ser crescente ou decrescente, dependendo das particularidades do país e do tipo de atividade não-agrícola praticada. A este respeito consultar: Delgado & Siamwalla, 1997.

mostram bem maiores do que nas atividades rurais agrícolas, apontando que a expansão de um setor rural não-agrícola de alta produtividade e com oferta de empregos regulares e qualificados, que possa reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento, depende crucialmente de uma elevação dos níveis educacionais. Ao lado da educação, os serviços de infra-estrutura, como estradas e comunicações, são essenciais para reduzir os custos de transação das possíveis empresas não-agrícolas no meio rural e, assim, elevar indiretamente as rendas rurais não-agrícolas.

As principais razões pelas quais as famílias agrícolas pobres diversificam suas fontes de renda são a elevação e a estabilização dos rendimentos (que sem isso seriam sazonais), a redução do risco e a melhoria das perspectivas de renda de longo prazo, ao adquirir qualificações ou outros ativos, por exemplo. (Gordon, 1999). Mas o acesso a essas fontes de renda não se dá de forma igual para todos: educação, acesso a crédito e contatos influentes possibilita melhores ocupações e, portanto, maiores rendimentos. As camadas mais pobres – com menor acesso à educação e crédito – ficam com empregos assalariados sem qualificação e trabalhos autônomos de baixa remuneração. Até mesmo o estado de saúde e nutrição dessas camadas restringe suas opções de trabalhos não-agrícolas, bem como as deficientes condições de infra-estrutura que geralmente permeiam as cidades onde residem. Em particular, a educação contribui para o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, ao elevar a produtividade da força-de-trabalho nos diversos serviços, comércio, construção e atividades manufatureiras e ao estimular a capacidade empresarial nas indústrias rurais e em outras atividades.

Segundo Reardon et al. (1998), num ambiente de risco, como é o caso da agricultura, as famílias rurais decidem alocar (ao menos) parte de sua força-de-trabalho em atividades não-agrícolas devido às seguintes razões: os retornos relativos são melhores no setor não-agrícola, a partir de certa escala mínima de operação; a sazonalidade das colheitas e os riscos climáticos inerentes à atividade agrícola tornam a renda vulnerável e impedem estratégias adequadas de estabilização; a diversificação de atividades pode constituir uma estratégia *ex-ante* para evitar os riscos de instabilidade de renda; a família pode necessitar de recursos monetários imediatos para comprar insumos, o que nem sempre é garantido pelas receitas descontínuas da agricultura. A relação entre a participação das rendas não-agrícolas (RNA) e o nível total de renda dos domicílios – ou, de outra forma, em que medida as RNA possibilitam elevar a renda total – não é clara³.

Reardon et al. mostram que existem evidências de relação linear negativa e forte entre a participação de RNA e a renda total (Quênia, Índia, Paquistão e México), assim como relação positiva e linear (Moçambique, Nigéria, Ruanda, Filipinas, Equador, Vietnam, El Salvador). Entre esses extremos também há outros tipos de relação, como a falta de relação (Etiópia), uma relação em forma de U invertido (Badin, no Paquistão) e, a mais comum, em forma de U (Indonésia, Attock no Paquistão, Argentina e Equador). A chave da explicação para tamanha heterogeneidade estaria nas enormes diferenças na natureza das atividades não-agrícolas que são adotadas pelas famílias pobres e pelas ricas, pelos pequenos e pelos grandes estabelecimentos agrícolas, mesmo no interior de uma mesma região. Os pobres tendem a desempenhar trabalhos desqualificados, seja como assalariados agrícolas, seja em serviços não-agrícolas de baixa remuneração, enquanto os mais ricos podem assumir tarefas que exigem um veículo, um pequeno comércio ou um trabalho assalariado qualificado.

Em um outro trabalho, Reardon (1999) complementa as razões para a participação em atividades não-agrícolas, acrescentando, além dos fatores de incentivo acima apontados, aqueles ligados à capacidade de os membros do domicílio poderem assumir tais atividades. Essa capacidade é determinada pela educação, renda e ativos disponíveis, acesso a crédito,

³ Menos clara ainda é a influência da pluriatividade ou das RNA na desigualdade da distribuição de renda. Para uma discussão a respeito desse tema, ver Reardon (1999).

etc. Em relação especificamente à educação, seu efeito vai além da elevação dos níveis de RNA, mas pode afetar inclusive a distribuição da renda: a educação é um determinante significativo do sucesso das atividades não-agrícolas, do nível dos salários e da produtividade. Desde que o acesso à educação não seja restrito às famílias de maior renda, ela é um fator importante para criar uma distribuição de renda mais igualitária. Estudos de caso realizados em vários países mostram a importância da educação tanto na diversificação das fontes de renda, no salto das atividades agrícolas para as atividades não-agrícolas, como nos tipos de atividades ou trabalhos obtidos fora do estabelecimento agrícola.

Ao analisar as relações entre pobreza e diversas características dos domicílios (urbanos e rurais) no Brasil, Ferreira et al. (2000) utilizam um modelo próbite em que a variável dependente é uma medida de pobreza calculada a partir da PPV (Pesquisa sobre Padrões de Vida) de 1996, e as variáveis explanatórias incluem variáveis demográficas (tamanho do domicílio, tamanho do domicílio ao quadrado, proporção de crianças com menos de 5 anos no domicílio, proporção de pessoas de 5 a 15 anos, proporção de pessoas de mais de 65 anos), características do chefe da família (idade, idade ao quadrado, anos de estudo, gênero e raça, posição no emprego), características do domicílio (tipo de pavimento, dormitórios, tipo de rua em que se localiza o domicílio e uma *dummy* para favela, água encanada, eletricidade e telefone), região (RM de Fortaleza, RM de Recife, RM de Salvador, outras urbanas do Sudeste, Sudeste rural e RM de São Paulo).

Os resultados apontaram uma relação positiva e côncava entre o tamanho do domicílio (em número de pessoas) e a pobreza, positiva e linear para a presença de crianças, mas não significativa para idosos (mais de 65 anos); educação aparece significativa e negativamente correlacionada com a probabilidade de ser pobre, mas idade, gênero, raça e status ocupacional do chefe da família mostraram correlações não significativas com a pobreza; quase todas as características dos domicílios estão associadas com a pobreza, mas nesse caso o sentido da causalidade é inverso, isto é, da pobreza para as condições domiciliares.

O efeito mais “dramático” – termo usado pelos autores – sobre a probabilidade de ser pobre foi a localização regional: saindo da região usada como base, a metropolitana de São Paulo, qualquer outra localização, sobretudo no Nordeste, aumenta sensivelmente a probabilidade de pobreza, controlados todos os demais fatores. As conclusões dos autores em termos de recomendações de políticas vão em três direções: a preservação de programas de educação primária e saúde básica, em particular nas áreas rurais e cidades periféricas do Nordeste; a extensão de redes públicas de proteção e educação aos trabalhadores dos setores informais; dada a alarmante dimensão espacial da pobreza, todos os gastos sociais devem ser direcionados geograficamente de forma bastante específica.

Paradoxalmente, as pesquisas sobre rendas familiares ainda são caras e difíceis de serem realizadas, implicando a quase ausência de bases de dados confiáveis e disponíveis. Os levantamentos são difíceis de serem realizados, e os custos dos mesmos são elevados.

As dificuldades das pesquisas são decorrentes do fato de que as rendas das famílias rurais englobam muitos fatores, frequentemente independentes, os quais complicam a análise dos problemas relativos à pesquisa. A título de exemplo, cita-se um deles: as flutuações das rendas agrícolas podem ser muito grandes de ano para ano, variam entre regiões, tipos de produção, tamanho das explorações, etc.

Em acréscimo, nos dias atuais, os agricultores se enfrentam com rendas líquidas agrícolas em declínio ou estagnadas e estão gradativamente se dirigindo a suplementá-las com outras fontes (especialmente as rendas de aposentadorias/pensões e rendas não-agrícolas). Essas rendas estão se tornando, cada vez mais, a maior fonte para um grande número de famílias rurais e seu impacto deve ser levado em conta. Esses aspectos dificultam uma abordagem uniforme da questão da renda, mas indicam a necessidade de sua apropriada

compreensão. Ademais, o conhecimento do comportamento das rendas das famílias rurais constitui-se em instrumento indispensável para a adequada formulação de políticas públicas.

Apesar das limitações na utilização dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios - PNADs do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apontados por Graziano da Silva & Del Grossi (2001), elas representam ainda a mais atualizada e abrangente base de dados do país para a análise de duas importantes variáveis: ocupação e rendimento das pessoas e famílias.

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar as informações referentes à evolução das ocupações das famílias rurais e agrícolas no período 2001 a 2004, bem como comparar a composição das rendas (as rendas agrícolas, as rendas não-agrícolas, as rendas de aposentadorias e/ou pensões e as “outras rendas”) obtidas nos anos de 2001 e 2004 pelas famílias rurais e famílias agrícolas urbanas, em especial aquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar no Estado do Paraná.

2. Procedimentos Metodológicos

As informações foram obtidas através de Tabulações Especiais realizadas a partir do processamento dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) dos anos de 1995 e 2001 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Utilizamos os dados das PNADs porque eles têm um caráter demográfico e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro.

2.1 O trabalho das pessoas

A coleta de informações nas pesquisas das PNADs leva em conta todos os residentes do domicílio e são feitas indagações sobre as seguintes variáveis, entre outras: idade, local de nascimento, escolaridade, número de filhos, etc. Mas, também pergunta acerca do trabalho das pessoas residentes. Antes de preencher o questionário da pesquisa, o entrevistador explica ao entrevistado que o mês de referência da mesma é o de setembro, ou seja, todas as perguntas serão referenciadas aos acontecimentos deste último mês. As perguntas também são dirigidas em relação à última semana deste mês, e ainda, se possível, ao dia 30 de setembro. Estes são os vários períodos de referência adotados nesta pesquisa.

Para as questões de trabalho, o entrevistador indaga sobre todas as pessoas que exerceram alguma atividade de pelo menos uma hora na semana, quer seja em negócio próprio ou de empregador, quer seja na construção ou na produção de artigos de uso ou de consumo familiar. Antes de 1992, a PNAD não considerava como ocupadas as pessoas que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência na produção para o autoconsumo ou na construção para uso da família, nem os trabalhadores não-remunerados.

Infelizmente essas mudanças no conceito de trabalho impossibilitavam a comparação direta dos dados publicados das PNADs com as anteriores⁴. Mas, a partir dos microdados, foi possível reconstruir a série utilizando-se os mesmos critérios dos anos 80, excluindo-se

⁴ Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se uma categoria específica que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, “para abarcar todas as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado”. Além da inclusão das novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas (Del Grossi & Graziano da Silva, 2000).

aquelas pessoas que eram consideradas como ocupadas⁵, que denominaremos doravante de “População Economicamente Ativa (PEA) usual ou restrita” para distinguir dos dados publicados de 1992 em diante, aos quais designamos de “PEA ampliada”. A utilização desse conceito se deve à opção pela análise do trabalho que gera valor de troca na economia familiar. Já está comprovado que o conceito de trabalho “ampliado” considerou principalmente os trabalhos referentes a cuidados na horta e de pequenos animais, com apenas valor de uso para o consumo familiar (Del Grossi, 1999).

2.2 A unidade de análise

No que diz respeito à unidade de análise utilizada, esta é a chamada família extensa, que comporta, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Desta forma, procurou-se construir uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

Foram deixados de lado, na análise, os pensionistas que pagam pensão ao chefe do domicílio, os empregados domésticos e seus parentes. A composição da família extensa se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”. Utilizou-se a tipologia do projeto RURBANO⁶ de famílias que as classifica por local de domicílio (urbano e rural) e posição na ocupação (empregadores, conta-própria e assalariados). Essa opção metodológica se deve a duas razões: Primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos seus membros, o que leva a que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território.⁷

A classificação das famílias de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em cinco tipos, a saber: famílias de **empregadoras com três ou mais empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando três ou mais assalariados permanentes em seu negócio; famílias de **empregadoras com até 2 empregados**: famílias com pelo menos um membro na posição de empregador, contratando até 2 assalariados permanentes em seu negócio⁸; famílias de **conta-própria**: família sem nenhum empregador, mas com um membro com negócio próprio, contando com a ajuda não-remunerada dos membros da família; famílias de **assalariados**: famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado; e as famílias **não-**

⁵ Cf. Graziano da Silva, J. & Del Grossi, M. E. (2001).

⁶ O projeto é uma pesquisa mais ampla coordenado pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP envolvendo várias instituições de pesquisas. Para maiores informações, consultar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

⁷ A esse respeito ver o trabalho de Brun (1989).

⁸ O corte das famílias empregadoras que vamos utilizar está baseado na classificação para efeitos de enquadramento no programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que separa os empregadores com 3 ou mais empregados e os com até dois empregados permanente. Consideramos como representantes legítimos da agricultura familiar as famílias de conta-própria, as quais, por definição, não contratam empregados permanentes mas podem empregar trabalhadores temporários sempre que necessário. E os empregadores com até dois empregados permanentes, sem também nenhuma restrição ao uso de trabalhadores temporários, trataremos como empresas familiares ou “farmers caboclos”, por representar uma categoria híbrida, como a própria denominação revela, onde não se separou ainda completamente a gestão do responsável pelo empreendimento do trabalho direto dos seus familiares e empregados (Sobre a categoria “farmers caboclos”, ver Graziano da Silva, 1999).

ocupadas: famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência da pesquisa.

Além disso, as famílias com pelo menos um de seus membros ocupados foram classificadas de acordo com a atividade exercida pelos seus membros, na semana de referência, em **agrícolas:** quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal; **não-agrícolas:** famílias em que um ou mais membros declararam exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária; e **pluriativas:** famílias nas quais pelo menos um dos membros exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda, quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade agrícola (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

2.3 A noção de rural e urbano

Quanto à definição das áreas rurais, estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que este venha alterar o perímetro urbano.

Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre esta situação de domicílio de forma a captar, com mais precisão, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas:** englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais - extensão urbana:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais – povoados:** aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais - núcleo:** aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais – outros:** aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) **áreas rurais – exclusive:** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente dita. A partir dessas novas aberturas, o Projeto RURBANO agrupou as áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** engloba a situação 1; **periferia** engloba as situações 2 e 4; **distritos e povoados** englobam as situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** englobam as situações 6 e 8.

Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, a PNAD permite detalhar o tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, é possível identificar as regiões metropolitanas, grandes e pequenos municípios. Dessa forma, o Projeto RURBANO também agrupou essa abertura em: a) **METROPOLITANO:** representado pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana legalmente constituída; b) **NÃO-METROPOLITANO:** representado pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, e que não constituem regiões metropolitanas.

Desta forma, considerou-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário**

pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais.

2.4 As rendas das famílias nas PNADs

As rendas declaradas nas PNADs podem apresentar uma certa distorção que se refere a todas as declarações de rendas que não possuem a característica de serem mensais e fixas. Isso porque as PNADs pedem que as pessoas informem o rendimento do último mês, no caso deles serem fixos (como os assalariados); e uma estimativa da média mensal no último ano para os rendimentos variáveis. No caso específico das rendas agrícolas, cujos preços e custos dos produtos variam sazonalmente, para se obter uma estimativa mensal fidedigna seriam necessários vários cálculos mesmo para aqueles produtores que tenham uma contabilidade atualizada, os quais corresponde ainda a uma pequena parte no país.

Del Grossi (1999:110) observa ainda que “na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente a renda dos conta-próprias esteja subdeclarada”.

Infelizmente não foi possível corrigir a subestimação das rendas variáveis das PNADs, especialmente aquelas de origem agrícola. A opinião de especialistas, todavia, indica que a subestimação maior não tem origem nas rendas agrícolas, mas na subdeclaração das rendas mais altas em geral. Esta se constitui em uma das questões mais importantes em relação à análise das rendas: a subestimação de valores, mais precisamente das rendas maiores, conforme Hoffmann (1988). Assim, se a renda das famílias de conta-própria está subdeclarada, a renda das famílias de empregadores está mais subestimada ainda, e não por falta do instrumento de coleta, mas pela subdeclaração das pessoas mais ricas.

3. A evolução das ocupações das famílias rurais e agrícolas: 2001-2004

A Tabela 1 apresenta as informações acerca da evolução do número de famílias, segundo a tipologia proposta, para os anos de 2001 e 2004.

No Estado do Paraná, em 2004, existiam aproximadamente 384 mil famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias, que representavam 12,56% em relação ao total geral de famílias, que naquele ano alcançou mais de três milhões⁹ (3.056 famílias). Em relação ao número de famílias residentes apenas na região não-metropolitana, elas representavam aproximadamente 18%. Cabe mencionar que o número total de famílias rurais agropecuárias mostrou-se estagnado no período analisado.

TABELA 1

Evolução dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 2001/04.
(1000 famílias)

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | Taxa de cresc. (% a. a.) | |
|---------------------------------------|------|------|------|------|-----------------------------|---|
| | | | | | 2001/2004 ^a | |
| NÃO METRO RURAL AGROPEC. | | | | | | |
| Empregadora com mais de 2 empr | 2 | 3 | 4 | 3 | - | - |
| Agrícola | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - |
| Pluriativo | 0 | 0 | 1 | 2 | - | - |

⁹ Dada a questão de espaço, não apresentaremos a tabela com as informações gerais do total de famílias paranaenses no período 2001-2004.

| | | | | | | |
|-----------------------------------|-----|-----|-----|-----|------|-----|
| Não-agrícola | 1 | 2 | 2 | 0 | - | - |
| Empregadora com até 2 empr | 12 | 7 | 9 | 15 | 8,1 | |
| Agrícola | 9 | 5 | 6 | 10 | 2,6 | |
| Pluriativo | 2 | 2 | 2 | 4 | - | - |
| Não-agrícola | 1 | 0 | 1 | 2 | - | - |
| Conta-Própria | 222 | 215 | 204 | 200 | -3,7 | *** |
| Agrícola | 158 | 145 | 144 | 133 | -5,1 | *** |
| Pluriativo | 50 | 59 | 45 | 51 | -2,1 | |
| Não-agrícola | 14 | 10 | 15 | 16 | 6,4 | |
| Empregados | 125 | 121 | 129 | 136 | 3,3 | * |
| Agrícola | 70 | 60 | 77 | 82 | 7,4 | |
| Pluriativo | 17 | 22 | 21 | 13 | -8,2 | |
| Não-Agrícola | 38 | 39 | 41 | 42 | 0,1 | |
| Não-ocupado na semana | 36 | 30 | 29 | 30 | -5,1 | |
| TOTAL | 399 | 375 | 375 | 384 | -1,1 | |

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO - IE/UFU, Fev. 2006.

Mas a análise da Tabela 1 apresenta outros aspectos que merecem ser destacados. Pode-se observar, nesta mesma tabela, que as famílias de conta-própria são as de maior representatividade nas áreas rurais paranaenses. Em 2004, estas famílias alcançavam aproximadamente cerca de 52% em relação ao total de famílias e mostravam-se em franca e significativa tendência de declínio no período considerado, em função da queda significativa, no período considerado, do número de famílias cujos membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas.

Esta redução pode ser explicada com base no argumento de Vasconcelos & Castro (1999:44), ou seja, como decorrência do reduzido dinamismo econômico que se encontra uma parcela, ainda muita elevada, da população residente em municípios rurais, envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais. Essa afirmação, a princípio pareceria ser válida apenas para a economia paranaense, mas trabalho recente de Delgado (2004) aponta para a possibilidade de expandi-la para todo o restante do país, em especial, para a Região Sul e principalmente para o Nordeste do Brasil onde ainda existe um “setor de subsistência” de grandes dimensões.

As famílias conta-própria agrícolas representavam cerca de 34,6% em relação ao total de famílias em 2004. Os demais tipos de famílias de conta-própria (pluriativas e não-agrícolas) não apresentaram tendências confiáveis de crescimento ou de redução no período analisado.

Para uma melhor averiguação deste fenômeno apresentamos os dados da Tabela 2. O grupo das famílias de conta-própria e de empregadoras com até dois empregados é o que geralmente se denomina agricultura familiar.

TABELA 2

Evolução da agricultura familiar, segundo local de domicílio e estratos de área no Estado do Paraná, 2001/2004. (1.000 famílias).

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | Taxa de crescim. (% ao ano) |
|--------------------------------------|------|------|------|------|--------------------------------|
|--------------------------------------|------|------|------|------|--------------------------------|

| | | | | | 2001/2004 ^a |
|-------------------------------------|-----|-----|-----|-----|------------------------|
| NÃO METRO RURAL AGROP. | | | | | |
| Menos de 20 ha | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 133 | 129 | 118 | 125 | -2,7 |
| Agricultura familiar | 131 | 127 | 117 | 118 | -3,8* |
| Agrícola | 102 | 93 | 94 | 85 | -4,9** |
| Pluriativo | 29 | 34 | 22 | 33 | -0,5 |
| Tradicional | 12 | 11 | 7 | 15 | 3,0 |
| Intersetorial | 17 | 24 | 15 | 18 | -3,0 |
| De 20 a menos de 100 ha | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 63 | 62 | 56 | 54 | -5,7*** |
| Agricultura familiar | 58 | 57 | 53 | 50 | -4,8*** |
| Agrícola | 47 | 43 | 40 | 38 | -- |
| Pluriativo | 11 | 13 | 13 | 12 | 1,4 |
| Tradicional | 3 | 5 | 3 | 2 | -10,5 |
| Intersetorial | 8 | 8 | 10 | 10 | -- |
| 100ha e mais | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 10 | 4 | 10 | 10 | -- |
| Agricultura familiar | 7 | 3 | 6 | 7 | -- |
| Agrícola | 5 | 1 | 6 | 6 | -- |
| Pluriativo | 2 | 2 | 0 | 1 | -- |
| Tradicional | 1 | 0 | 0 | 1 | -- |
| Intersetorial | 1 | 2 | 0 | 1 | -- |
| TOTAL | 195 | 187 | 176 | 176 | -3,7*** |

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO - IE/UFU, Fev. 2006.

Chama-se atenção, nesta tabela, para o fato de que na categoria denominada de “Agricultura Familiar” são contabilizadas somente as famílias de conta-própria. Inicialmente observa-se uma redução confiável do número total destas famílias na análise do período considerado da ordem de 3,7% ao ano. Nesta tabela também se pode verificar que, sobretudo no menor estrato existe uma redução importante e significativa das famílias do universo da agricultura familiar, em especial aquelas cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas.

Retomando a análise da Tabela 1, observa-se que o segundo grupo de família mais importante nas áreas rurais paranaenses é o de empregados. No ano de 2004, elas representavam cerca de 35,4% em relação ao total de famílias apresentando crescimento significativo no período considerado. Desse total, a maior parte das famílias de empregados trabalhava exclusivamente em atividades agrícolas, ou seja, aproximadamente 60% delas. No Estado do Paraná, no ano de 2004, estima-se a existência de 82 mil famílias de empregados em atividades exclusivamente agrícolas que vivem nas áreas rurais. Adicionando-se a este contingente as 43 mil famílias de empregados agrícolas das áreas não-metropolitanas urbanizadas chegar-se-á a um total de 125 mil famílias de empregados agrícolas em 2004.

É de grande interesse apresentar também as informações contidas na Tabela 3, pois ela apresenta a evolução da agricultura familiar nas áreas não-metropolitanas urbanizadas.

TABELA 3

Evolução da agricultura familiar, segundo local de domicílio e estratos de área no Estado do Paraná, 2001/2004. (1.000 famílias).

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA | 2002 | 2001 | 2003 | 2004 | Taxa de cresc. (% ao ano) 2001/2004 ^a |
|-------------------------------------|------|------|------|------|--|
| NÃO METROPOLITANO URBANIZADO | | | | | |
| Menos de 20 ha | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 23 | 24 | 27 | 27 | 6,0 ** |
| Agricultura familiar | 21 | 21 | 24 | 25 | 6,9 * |
| Agrícola | 8 | 8 | 8 | 9 | 1,7 |
| Pluriativo | 12 | 12 | 16 | 16 | 10,2 * |
| Tradicional | 1 | 1 | 2 | 1 | -- |
| Intersetorial | 11 | 11 | 15 | 15 | 11,5 ** |
| De 20 a menos de 100 ha | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 14 | 11 | 9 | 8 | -16,2 *** |
| Agricultura familiar | 8 | 10 | 8 | 5 | -12,5 |
| Agrícola | 4 | 5 | 1 | 3 | -- |
| Pluriativo | 4 | 5 | 7 | 2 | -- |
| Tradicional | 0 | 0 | 0 | 0 | -- |
| Intersetorial | 4 | 5 | 7 | 2 | -- |
| 100ha e mais | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 7 | 6 | 5 | 10 | 13,2 |
| Agricultura familiar | 4 | 1 | 2 | 4 | -- |
| Agrícola | 4 | 0 | 1 | 2 | -- |
| Pluriativo | 1 | 1 | 1 | 2 | -- |
| Tradicional | 0 | 0 | 0 | 0 | -- |
| Intersetorial | 1 | 1 | 1 | 2 | -- |
| TOTAL | 33 | 32 | 34 | 34 | 2,0 * |

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO - IE/UFU, Fev. 2006.

Assim, na Tabela 3 verifica-se que existe um crescimento significativo da agricultura familiar no estrato inferior a 20 hectares e da pluriatividade intersetorial nas áreas não-metropolitanas urbanas paranaenses no período 2001-2004. Este aspecto representa um fenômeno importante, ou seja, a crescente importância das atividades agrícolas nas cidades, ou o que se convencionou denominar de agricultura urbana.

Retomando a discussão da Tabela 1 observa-se que as famílias de empregados pluriativos representavam cerca de 9,6% das famílias de empregados no ano de 2004. Se se somar o total de famílias de empregados agrícolas (rurais e urbanas) com as famílias de empregados pluriativos (rurais e urbanas), encontrar-se-á um número estimado de 188 mil famílias, que pode representar um potencial público de programa de reforma agrária, pois são grupos de famílias de trabalhadores sem-terra. É claro que se trata de uma estimativa grosseira, visto que podem existir entre as famílias de conta-própria estratos que possuem pouca terra.

As famílias empregadoras com até dois empregados representavam apenas 3,9% em relação ao total de famílias rurais em 2004, sendo que a maior parte delas era de famílias exclusivamente agrícolas. Enquanto isso, as famílias empregadoras com mais de 2 empregados constituíam o grupo minoritário, com menos de 1% em relação ao total de famílias no ano de 2004.

Finalmente, as famílias de não-ocupados constituíam, no ano de 2004, aproximadamente 7,8% do total de famílias, sem apresentar tendência significativa de crescimento ou diminuição. A somatória do número de famílias não-agrícolas com as de não-ocupadas resulta em cerca de 90 mil famílias, ou cerca de 23% em relação ao total no ano de 2004, famílias estas que fazem das áreas rurais paranaenses apenas um local de moradia, porém estando estabilizadas no período analisado (2001-2004).

Em síntese, a análise dos dados relativos à evolução das formas de ocupações das famílias rurais e agrícolas do período 2001 a 2004, no Estado do Paraná, mostrou uma tendência de decréscimo significativo do número de famílias de conta-própria, famílias estas que são pertencentes ao que se convencionou denominar de “agricultura familiar”. Uma explicação para este fato é que este grupo de família passa por um importante processo de adaptação às novas condições impostas pelo ambiente de mercado. A reestruturação dos anos 90 impôs uma redução brutal dos preços dos produtos agrícolas combinado com uma taxa de câmbio sobrevalorizada, prejudicando diretamente o setor produtivo (Schmidt & Herrlein Jr. 2002), obviamente fazendo acentuar as disparidades econômicas e sociais no campo. É possível afirmar também que a redução deriva-se da redução do número de famílias agrícolas deste grupo dadas as evidências apresentadas. Outro fato que merece ser apontado é o nítido crescimento da agricultura familiar e da pluriatividade entre as famílias desta categoria nas áreas não-metropolitanas urbanizadas, o que mostra o evidente aumento da presença de atividades agrícolas nos pequenos e médios municípios paranaenses neste novo século.

3.1 A composição das rendas médias da agricultura familiar: 2001 e 2004.

A Tabela 4 mostra as informações relativas à composição das rendas médias, segundo os tipos de famílias, nas áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas no Estado do Paraná, nos anos de 2001 e 2004.

Como se pode observar, a composição das rendas médias das famílias nas áreas rurais paranaenses, como um todo, não se alterou muito. A renda agrícola continua sendo a mais importante, compondo mais da metade da renda total das famílias. Duas outras fontes de renda são também muito importantes: as rendas não-agrícolas e aquelas originárias de transferências sociais (aposentadorias/pensões). As chamadas “outras rendas” são as menos importantes, ficando ao redor de 5% na composição das rendas médias familiares. Esse resultado está, de certa maneira, de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras fontes de renda são muito menos importantes” na composição da renda média familiar rural (Mackinnon et al., 1991:63). Para estes autores, como para nós, as três fontes principais de renda são agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e/ou pensões.

Uma análise pormenorizada de cada um dos tipos de famílias é apresentada na seqüência deste artigo. Em relação às famílias conta-própria, é possível observar um aumento da participação das rendas agrícolas quando se comparam os anos de 2001 e 2004 e uma redução da participação das rendas não-agrícolas. A fonte de renda (aposentadorias/pensões) reduziu-se um pouco, especialmente entre as famílias de conta-própria agrícola representante mais legítima da agricultura familiar, mas ainda representa uma importante contribuição na renda familiar total. Esse resultado confirma o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram¹⁰.

¹⁰ Os resultados da pesquisa de Delgado & Cardoso (2000) confirmam que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares. Os autores ainda sugerem que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais se constituiria num mecanismo importante para conter o êxodo rural e ao mesmo tempo funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência.

TABELA 4

Composição das rendas médias das famílias extensas: Estado do Paraná, 2001 e 2004.
(R\$ set. 2001 e R\$ set. 2004).

| LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA | Agrícola (%) | | Não- agrícola (%) | | Apos./ pensões (%) | | Outras (%) | |
|--|-----------------|------|-------------------------|------|--------------------------|------|---------------|------|
| | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 |
| NÃO METRO RURAL AGROPEC. | 56,7 | 57,7 | 22,3 | 21,1 | 16,4 | 15,3 | 4,6 | 5,9 |
| Empregadora com + de 2 empregados | 22,6 | 50,6 | 52,1 | 23,6 | 9,6 | 2,9 | 15,8 | 22,9 |
| Agrícola | 75,5 | 51,7 | 0,0 | 0,0 | 9,4 | 0,0 | 15,1 | 48,3 |
| Empregadora com até 2 empregados | 83,9 | 70,1 | 7,3 | 18,2 | 5,6 | 8,6 | 3,3 | 3,2 |
| Agrícola | 94,0 | 86,5 | 0,0 | 0,0 | 4,6 | 12,7 | 1,4 | 0,9 |
| Pluriativo | 42,0 | 60,3 | 25,5 | 28,9 | 14,5 | 5,0 | 18,1 | 5,8 |
| Conta-Própria | 62,4 | 63,7 | 18,3 | 17,5 | 15,4 | 13,9 | 3,9 | 5,0 |
| Agrícola | 76,6 | 76,3 | 0,0 | 0,0 | 19,5 | 18,0 | 4,0 | 5,7 |
| Pluriativo | 58,2 | 59,9 | 29,8 | 25,8 | 9,5 | 9,5 | 2,5 | 4,7 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 86,6 | 94,2 | 7,2 | 4,1 | 6,2 | 1,7 |
| Empregados | 50,6 | 48,2 | 37,0 | 34,3 | 9,4 | 12,7 | 3,0 | 4,8 |
| Agrícola | 84,7 | 82,5 | 0,0 | 0,0 | 10,9 | 11,3 | 4,4 | 6,2 |
| Pluriativo | 56,2 | 47,3 | 32,0 | 34,6 | 8,6 | 17,5 | 3,2 | 0,7 |
| Não-agrícola | 0,0 | 0,0 | 89,8 | 82,4 | 8,8 | 12,9 | 1,4 | 4,7 |
| Não-ocupado na semana | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 91,4 | 81,7 | 8,6 | 18,3 |

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro/2006.

O aumento da participação das rendas agrícolas pode ser um reflexo da alteração mostrada pela renda agrícola das famílias conta própria pluriativa. A redução da participação das rendas não-agrícolas pode ser derivada da diminuição da participação das mesmas nas famílias conta-própria pluriativas, uma vez que as rendas não-agrícolas das famílias conta-própria não-agrícolas apresentaram um aumento da sua participação na comparação dos anos de 2001 e 2004.

Em relação à composição das famílias de empregados como um todo, as informações disponíveis mostram uma redução da participação das rendas agrícolas. Chama atenção também o crescimento da participação das rendas oriundas de aposentadorias/pensões, atingindo quase 13% do total da renda familiar. Essas mudanças na composição das rendas das famílias de empregados podem ser mais bem averiguadas quando se analisa o que ocorreu com os outros tipos de famílias de empregados.

No grupo de famílias de empregados agrícolas, não se verificam alterações substanciais na composição das rendas quando se comparam os anos de 2001 e 2004. Já, entre as famílias de empregados pluriativas, chama atenção o aumento da participação das rendas não-agrícolas e uma redução da participação das rendas agrícolas. Mas, é no grupo de famílias de empregados não-agrícolas que se verifica a maior alteração na composição da renda: o grande aumento da participação das rendas de aposentadorias/pensões, chegando a quase 13% do total das rendas deste grupo de famílias, simultaneamente à redução da participação das rendas não-agrícolas.

Em relação às famílias empregadoras com até dois empregados nota-se uma redução da participação das rendas agrícolas e um aumento das rendas não-agrícolas e da fonte de renda aposentadorias/pensões. Nas famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas é que se observam as mudanças mais expressivas: um importante aumento das

rendas agrícolas e da fonte de renda não-agrícola, mas também uma surpreendente diminuição das rendas de aposentadoria/pensões quando comparados os anos de 2001 e 2004.

Cabe destacar ainda que não se apresenta uma análise pormenorizada da composição das rendas das famílias empregadoras com mais de dois empregados porque estas constituem um grupo bastante pequeno nas áreas rurais paranaenses, o que provavelmente comprometeria uma análise mais consistente dos dados.

Na Tabela 5 apresentam-se as informações sobre a composição da renda média familiar da agricultura familiar nas áreas rurais agropecuárias não-metropolitanas, segundo os estratos de área, no Paraná, nos anos de 2001 e 2004. O primeiro aspecto que merece ser destacado é que existe uma correspondência entre o aumento dos estratos de área e o crescimento da participação da fonte de renda agrícola na agricultura familiar, sendo que esta atinge acima de 90% da renda total no estrato de área de 100 hectares e mais.

Ao contrário da renda agrícola, no caso da fonte de renda de aposentadorias/pensões existe uma correspondência inversa, ou seja: à medida que se aumenta o estrato de área a tendência é de redução da participação desta fonte de renda no conjunto da renda familiar. Ou seja, pode-se afirmar que os agricultores familiares que possuem as menores áreas físicas são mais dependentes desta fonte de renda, sendo que em 2001 a fonte de renda aposentadoria/pensões participou com quase $\frac{1}{4}$ da renda familiar, reduzindo-se a aproximadamente $\frac{1}{5}$ em 2004. É preciso afirmar também que são os agricultores familiares envolvidos exclusivamente em atividades agrícolas e de menores estratos de áreas que são os mais dependentes desta fonte de renda. Essas observações complementam a análise anteriormente apresentada neste texto.

Vale destacar também na análise da Tabela 5 que a participação da renda não-agrícola diminuiu na comparação dos anos de 2001 e 2004. Mas, existe também uma correspondência inversa no caso desta fonte de renda. À medida que se aumentam os estratos de áreas a participação desta fonte de renda tende para uma diminuição, especialmente quando se observam os valores do ano de 2001.

Em relação às “outras rendas” a sua participação percentual, em geral é bastante reduzida, mas no estrato de 100 hectares e mais ela é praticamente inexistente.

TABELA 5

Composição da Renda Média da Agricultura Familiar, segundo local de domicílio e estratos de área: Paraná, 2001 e 2004 (R\$ set. 2004).

| LOCAL DOMICÍLIO / ESTRATOS DE ÁREA TIPO DE FAMÍLIA | AGRÍC. (%) | | NÃO- AGRIC. (%) | | APOS/PENS (%) | | OUTRAS (%) | |
|--|-------------------------------------|------|-----------------------|------|------------------|------|---------------|------|
| | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 |
| | NÃO METRO RURAL AGROPECUÁRIO | | | | | | | |
| Menos de 20 ha | | | | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 63,4 | 64,5 | 8,8 | 10,3 | 24,4 | 19,3 | 3,3 | 5,9 |
| Agricultura familiar | 64,1 | 65,5 | 8,7 | 6,9 | 24,1 | 20,6 | 3,1 | 7,0 |
| Agrícola | 67,7 | 65,9 | 0,0 | 0,0 | 28,5 | 24,5 | 3,8 | 9,6 |
| Pluriativo | 55,9 | 64,6 | 28,4 | 19,0 | 14,1 | 13,7 | 1,6 | 2,7 |
| Tradicional | 86,8 | 82,9 | 0,0 | 0,0 | 9,6 | 14,6 | 3,6 | 2,6 |
| Intersetorial | 40,9 | 55,2 | 42,1 | 28,9 | 16,3 | 13,3 | 0,7 | 2,7 |
| De 20 a menos de 100 ha | | | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|---|-------|------|------|------|------|------|-----|-----|
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 75,3 | 71,8 | 6,1 | 10,6 | 13,8 | 13,1 | 4,8 | 4,6 |
| Agricultura familiar | 73,9 | 71,9 | 7,0 | 11,3 | 14,3 | 11,9 | 4,9 | 4,9 |
| Agrícola | 77,4 | 80,4 | 0,0 | 0,0 | 16,7 | 16,4 | 5,9 | 3,2 |
| Pluriativo | 63,3 | 58,5 | 27,5 | 29,1 | 7,4 | 4,9 | 1,7 | 7,5 |
| Tradicional | 95,8 | 95,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 4,1 | 4,2 | 0,7 |
| Intersetorial | 56,3 | 52,7 | 33,5 | 33,7 | 9,0 | 5,0 | 1,2 | 8,6 |
| 100ha e mais | | | | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 93,8 | 92,5 | 1,1 | 2,4 | 3,9 | 1,7 | 1,2 | 3,4 |
| Agricultura familiar | 92,0 | 96,0 | 0,9 | 0,5 | 6,6 | 3,4 | 0,5 | 0,1 |
| Agrícola | 92,0 | 97,9 | 0,0 | 0,0 | 7,4 | 2,0 | 0,5 | 0,1 |
| Pluriativo | 91,8 | 85,8 | 8,2 | 3,2 | 0,0 | 11,0 | 0,0 | 0,0 |
| Tradicional | 100,0 | 67,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 32,1 | 0,0 | 0,0 |
| Intersetorial | 76,9 | 89,5 | 23,1 | 3,8 | 0,0 | 6,6 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL (Agricultura familiar = conta-própria) | 72,3 | 71,2 | 6,8 | 8,0 | 17,5 | 15,3 | 3,4 | 5,4 |
| Agrícola | 76,1 | 75,8 | 0,0 | 0,0 | 19,9 | 18,3 | 4,0 | 5,8 |
| Pluriativo | 61,3 | 62,8 | 26,7 | 22,8 | 10,5 | 9,6 | 1,6 | 4,7 |
| Tradicional | 91,0 | 85,5 | 0,0 | 0,0 | 5,8 | 12,5 | 3,2 | 2,0 |
| Intersetorial | 49,2 | 55,6 | 37,5 | 30,1 | 12,4 | 8,7 | 0,9 | 5,6 |

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro/2006.

A Tabela 6 apresenta as informações sobre a composição da renda média familiar da agricultura familiar nas áreas urbanizadas não-metropolitanas, segundo os estratos de área, no Paraná, nos anos de 2001 e 2004.

Pode-se observar novamente que existe uma correspondência entre o aumento dos estratos de área e o crescimento da participação da fonte de renda agrícola na agricultura familiar, sendo que esta atinge acima de 90% da renda total no estrato de área de 100 hectares e mais.

Da mesma forma que a análise anterior o comportamento da fonte de renda de aposentadorias/pensões mostra uma correspondência inversa, ou seja: à medida que se aumenta o estrato de área a tendência é de redução da participação desta fonte de renda no conjunto da renda familiar. Ou seja, pode-se afirmar que os agricultores familiares que possuem as menores áreas físicas são mais dependentes desta fonte de renda, sendo que em 2001 a fonte de renda aposentadoria/pensões participou com acima de 35% da renda familiar, reduzindo-se a aproximadamente 26% em 2004. É preciso afirmar também que são os agricultores familiares envolvidos exclusivamente em atividades agrícolas e de menores estratos de áreas nas áreas urbanas os mais dependentes desta fonte de renda atingindo a impressionante proporção de 49,5%. Com base nestas informações pode-se afirmar que entre os praticantes de agricultura que declaram domicílio urbano existem famílias que são altamente dependentes das rendas de aposentadorias e pensões.

TABELA 6

Composição da Renda Média da Agricultura Familiar, segundo local de domicílio e estratos de área: Paraná, 2001 e 2004 (R\$ set. 2004).

| LOCAL DOMICÍLIO / ESTRATOS DE ÁREA TIPO DE FAMÍLIA | AGRÍC. (%) | | NÃO- AGRIC. (%) | | APOS/PENS (%) | | OUTRAS (%) | |
|--|---------------|------|-----------------------|------|------------------|------|---------------|------|
| | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 | 2001 | 2004 |

NÃO METROPOLITANO URBANIZADO

Menos de 20 ha

| | | | | | | | | |
|---|-------|------|------|------|------|------|-----|------|
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 32,6 | 39,5 | 26,8 | 26,7 | 35,2 | 26,9 | 5,4 | 6,8 |
| Agricultura familiar | 34,4 | 43,9 | 33,6 | 26,8 | 28,1 | 19,9 | 3,9 | 9,4 |
| Agrícola | 55,7 | 47,1 | 0,0 | 0,0 | 39,0 | 49,5 | 5,2 | 3,5 |
| Pluriativo | 28,6 | 42,9 | 42,8 | 34,8 | 25,1 | 11,2 | 3,5 | 11,1 |
| Tradicional | 100,0 | 94,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6,0 |
| Intersetorial | 26,6 | 41,9 | 44,0 | 35,4 | 25,8 | 11,4 | 3,6 | 11,2 |
| De 20 a menos de 100 ha | | | | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 64,0 | 56,2 | 21,3 | 18,2 | 11,4 | 19,5 | 3,2 | 6,1 |
| Agricultura familiar | 47,4 | 61,9 | 36,8 | 8,7 | 8,2 | 16,7 | 7,6 | 12,7 |
| Agrícola | 67,9 | 62,3 | 0,0 | 0,0 | 28,2 | 18,9 | 3,9 | 18,8 |
| Pluriativo | 40,6 | 61,5 | 49,0 | 16,8 | 1,6 | 14,6 | 8,8 | 7,1 |
| Tradicional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Intersetorial | 40,6 | 61,5 | 49,0 | 16,8 | 1,6 | 14,6 | 8,8 | 7,1 |
| 100ha e mais | | | | | | | | |
| Ag Fam (cta-pp e empregador) | 76,6 | 86,8 | 2,3 | 4,6 | 11,3 | 3,4 | 9,9 | 5,2 |
| Agricultura familiar | 78,0 | 72,5 | 1,0 | 3,9 | 17,6 | 2,8 | 3,5 | 20,8 |
| Agrícola | 77,2 | 93,9 | 0,0 | 0,0 | 19,0 | 0,0 | 3,8 | 6,1 |
| Pluriativo | 87,2 | 61,4 | 12,8 | 5,9 | 0,0 | 4,2 | 0,0 | 28,4 |
| Tradicional | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Intersetorial | 87,2 | 61,4 | 12,8 | 5,9 | 0,0 | 4,2 | 0,0 | 28,4 |
| TOTAL (Agricultura familiar = conta-própria) | 49,9 | 53,9 | 25,8 | 17,8 | 19,5 | 16,0 | 4,9 | 12,3 |
| Agrícola | 70,6 | 62,2 | 0,0 | 0,0 | 25,2 | 27,3 | 4,1 | 10,5 |
| Pluriativo | 35,1 | 50,0 | 44,0 | 26,1 | 15,5 | 10,8 | 5,4 | 13,2 |
| Tradicional | 100,0 | 94,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 6,0 |
| Intersetorial | 34,1 | 49,5 | 44,8 | 26,4 | 15,7 | 10,9 | 5,5 | 13,2 |

FONTE: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU, Fevereiro/2006.

Vale destacar também na análise da Tabela 6, que a participação da renda não-agrícola diminuiu na comparação dos anos de 2001 e 2004. Mas, existe também uma correspondência inversa no caso desta fonte de renda. À medida que se aumentam os estratos de áreas a participação desta fonte de renda tende para uma diminuição tanto no ano de 2001, quanto no ano de 2005.

Em relação às “outras rendas” a sua participação percentual, em geral é bastante reduzida, mas no estrato de 100 hectares e mais ela é praticamente inexistente.

Em resumo, a análise da composição das rendas médias das famílias rurais paranaenses no período 2001-2004 mostra que houve um aumento da participação das rendas agrícolas e redução da fonte não-agrícola no conjunto da renda total familiar. Mas, outro aspecto que vale ressaltar é a relevância da fonte de renda aposentadoria/pensões entre as famílias conta-própria e de empregados cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente não-agrícolas. Esta fonte de renda continua exercendo um papel de destaque na composição das rendas das famílias conta-própria agrícolas. Quando se analisou mais detidamente a informação referente ao universo da agricultura familiar nas zonas rurais foi possível observar a forte dependência destes em relação à fonte de renda aposentadorias/pensões, especialmente aqueles de menores estratos de área e cujos membros estão envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas. Em relação aos agricultores familiares com residência urbana a elevadíssima participação das rendas de aposentadorias/pensões na composição das rendas destas famílias, especificamente, aquelas com menores estratos de área e com atividade exclusivamente agrícola.

4. Conclusões

A análise dos resultados a partir dos dados anteriormente apresentados relativos às ocupações das famílias agrícolas e rurais desta nova década permite fazer algumas conclusões, ainda que preliminares, acerca das ocupações e composição das rendas das famílias rurais paranaenses no período 2001-2004. A primeira constatação é que a análise da evolução das ocupações das famílias agrícolas e rurais paranaenses apresenta, entre outros aspectos, três que valem mais uma vez destacar. O primeiro é uma retração importante e significativa do número de agricultores familiares. Como já foi mencionado, esse fato deve estar provavelmente relacionado ao reduzido dinamismo econômico apresentado por muitos municípios rurais paranaenses, bem como à exacerbação da competitividade na agricultura, que impõe crescentemente uma redução brutal dos preços dos produtos agrícolas, prejudicando diretamente o setor produtivo, em especial, impactando este importante grupo social. Esse fato é muito preocupante dado que este público se constitui atualmente no principal foco de políticas públicas, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O segundo aspecto é o crescimento do número de famílias de agricultores familiares com os menores estratos de áreas (menos de 20 hectares) que residem em áreas urbanas com atividade agrícola e pluriativos, ou seja, que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, o que configura-se um novo aspecto da ruralidade. Esta é uma das temáticas de pesquisa mais recentes e de grande importância. Mas, seria preciso verificar se esta tendência irá se confirmar ao longo da próxima década.

O terceiro aspecto referente à análise das ocupações das famílias refere-se à presença de cerca de 23% das famílias paranaenses que utilizam o meio rural como local apenas de moradia, todavia sem apresentar nenhuma tendência significativa de aumento ou diminuição ao longo do período analisado.

Ao analisar a composição das rendas das famílias, os resultados mostram que as rendas agrícolas continuam a se constituir na principal fonte de renda das famílias. A par disso, notou-se também uma presença importante da fonte de renda de aposentadoria e de pensões para os diferentes grupos de famílias, em especial, aquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar. Mas, o que chama atenção é o aumento da participação destas rendas no grupo de famílias de empregados como um todo. Provavelmente, neste grupo de famílias, pode estar ocorrendo uma formalização do trabalho, o que, pouco a pouco, assegura os direitos trabalhistas, em especial, a previdência social, para este grupo de famílias. Mas também verifica-se um crescimento da participação desta fonte de renda no grupo de famílias de empregados não-agrícolas, fato este para o que não se possui uma explicação muito clara até o presente momento. As análises das informações referentes à composição da renda média da agricultura familiar permitem afirmar que as rendas de aposentadorias e pensões nas áreas urbanas e rurais tem importante papel social e econômico, especialmente entre as famílias situadas nos menores estratos de área física.

A análise comparativa da fonte de renda agrícola, nos anos de 2001 e 2004, mostra que a sua proporção cresceu entre as famílias de conta-própria, em especial das famílias de conta-própria pluriativas. Esse fato parece sugerir que uma mudança no ambiente social e econômico que favoreça as práticas agrícolas, ou seja, qualquer sinalização em relação à melhoria de preços dos produtos agrícolas conduziria estas famílias a mudarem o balanço da composição das rendas agrícolas e não-agrícolas quando fazem uso do recurso da pluriatividade. Todavia, há que se confirmar esta hipótese com dados de um período mais longo, talvez uma análise de toda uma década.

Com respeito às chamadas “outras rendas”, estas apresentam participações bastante pequenas, em geral, confirmando os resultados e as análises existentes na literatura internacional, bem como refletindo a mudança de comportamento das famílias rurais quanto ao uso de seus recursos frente a um ambiente marcado por estabilização econômica.

Estes resultados, em seu conjunto, apontam para a necessidade de redefinição das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, criando instrumentos que de fato permitam melhorar as condições de vida desta importante fatia da população rural e contribuir para um autêntico desenvolvimento rural. Ademais, como a análise deste trabalho apenas contemplou um curto período (quatro anos), faz-se necessário aprofundar as análises com acréscimo de informações, as quais poderiam reforçar ou refutar as tendências que foram apontadas no transcorrer deste artigo, em relação às formas de ocupação e às fontes de rendimento das famílias rurais paranaenses.

Referências Bibliográficas

BRUN, A. La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. *Économie Rurale*, Nº 198, nov.-déc.pp.3-8.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo & GRAZIANO DA SILVA, José. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: ORNA'S: Ocupações rurais não-agrícolas. *Anais...* Londrina, PR: IAPAR 2000. p. 35-54.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. 1999. 220f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade de Campinas. Campinas – SP.

DELGADO, Guilherme & CARDOSO Jr., José Celso. *Principais resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil*. Brasília, IPEA. 2000.

DELGADO, Guilherme Costa. **O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea**. Texto para Discussão Nº 1025. Brasília, IPEA. 2004. 30p.

DELGADO, C. L. & SIAMWALLA, A. *Rural economy and farm income diversification in developing countries*. Market and Structural Studies division, IFPRI, Washington, DC, USA, 1997.

FERREIRA, F. H. G., LANJOUW, P., NERI, M. A new poverty profile for Brazil using PPV, PNAD and Census data. Departamento de Economia, PUC-RIO. *Texto para Discussão* n. 418, março de 2000.

GORDON, A. Diversity in rural incomes: issues affecting access at household level. *World Bank Workshop on Non-Farm rural Sector and Poverty Alleviation*. June, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e Agricultura Familiar*. Porto Alegre, Editora da UFRGS. 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José & DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Rural nonfarm employment and incomes in Brasil: patterns and evolution. *World Development*, v. 39, n. 3, p. 443-453. 2001.

HILL, B. Farm household Incomes: perceptions and Statistics. *Journal of Rural Studies*. 15 (3):345-358. 1999.

HOFFMANN, Rodolfo. A subdeclaração dos rendimentos. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2 (1): 50-54, jan./mar. 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Manual de Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. 1999. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendi.../metodologia99.sht>>. Acesso em: 09/08/ 2002.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, v. 2, n.3, p. 515-551, 1998.

LANJOUW, P. The rural non-farm sector: a note on policy options. *World Bank Workshop on Non-Farm Rural Sector and Poverty Alleviation*. June, 1999.

MACKINNON, N., BRYDEN, J. M., BELL, C., FULLER, A. M. & SPEARMAN, M. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. *Sociologia Ruralis*, XXXI-1: 58-71. 1991.

REARDON, T. et. al. *Effects of non-farm employment on rural income inequality in developing countries: an investment perspective*. Invited paper, Symposium Rural Diversification in the Developing World, Agricultural Economics Society Annual Conference, 25-28 March 1998.

REARDON, T. Rural non-farm income in developing countries. *World Bank Workshop on Non-Farm Rural Sector and Poverty Alleviation*. June, 1999.

SCHMIDT, Carlos & HERRLEIN Jr, Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.23, n. 1, 2002. p.255-284.

THE ARKLETON TRUST (RESEARCH) LTD. *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991*. Comisión Européene, de. 1992. (Rapport final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Menages Agricoles).

VASCONCELOS, José Romeu de & CASTRO, Demian. Paraná: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos anos 90. Brasília: IPEA. *Texto para Discussão*. Nº 624. 1999.

WORLD BANK. *Rural development: from Vision to Actino*. Executive Summary. Environmental and Socially Sustainable Development studies and monograph series; n. 12. The World Bank, 1997.